



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE,
SECRETARIADO E FINAÇAS- FEAAC.
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO SECRETARIADO EXECUTIVO

MATHEUS COSTA ROCHA LIMA

COMÉRCIO INFORMAL NA PANDEMIA: REPERCUSSÃO NA RENDA FAMILIAR
DOS TRABALHADORES DE FEIRAS-LIVRES.

FORTALEZA-CE

2022

MATHEUS COSTA ROCHA LIMA

COMÉRCIO INFORMAL NA PANDEMIA: REPERCUSSÃO NA RENDA FAMILIAR
DOS TRABALHADORES DE FEIRAS-LIVRES.

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Secretariado Executivo.

Orientadora: Prof. Me. Sonia Regina Amorim Soares de Alcantara.

FORTALEZA

2022

MATHEUS COSTA ROCHA LIMA

COMÉRCIO INFORMAL NA PANDEMIA: REPERCUSSÃO NA RENDA FAMILIAR
DOS TRABALHADORES DE FEIRAS-LIVRES.

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Secretariado Executivo.

Aprovado em: 05/12/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ma. Sonia Regina Amorim Soares de Alcantara (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ma. Juliana Vieira Corrêa Carneiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- Llc Lima, Matheus Costa Rocha.
Comércio informal na pandemia: repercussão na renda familiar dos trabalhadores de feiras-livres. / Matheus Costa Rocha Lima.-2022.
56 f.: il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Secretariado Executivo, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Ma. Sonia Regina Amorim Soares de Alcantara .
1. Trabalho Informal . 2. Comércio Informal . 3. Feira-Livre. 4. Pandemia . I. Título.
- CDD 651.3741
-

A Deus, meu amigo.

Á minha família, noiva, amigos, orientadora e
professores.

E a todos os trabalhadores informais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois até aqui nos ajudou. Um dia li uma frase do pastor Marcio Alves que diz, a grandeza de todas as minhas conquistas, está em saber que o meu esforço não foi o suficiente para alcançá-las. Mas que tudo veio de Deus.

Agradeço também, aos meus pais José Gilmar e Antônia Costa que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

Agradeço minha irmã, família e minha noiva que também fazem parte dessa grande jornada.

Agradeço a minha orientadora por aceitar conduzir nosso projeto de pesquisa desde o início, sem ela não teria conseguido.

A todos os meus professores do curso de Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará pela excelência da qualidade e técnica de cada um.

Aos professores participantes da banca examinadora pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Agradeço a oportunidade de aprender tudo que aprendi e saber que tenho muito mais para aprender.

“O homem sábio é forte, e o homem de conhecimento consolida a força”.

Provérbios 24:5

RESUMO

O trabalho, seja ele formal ou trabalho informal está essencialmente presente no cotidiano, e ambos têm em comum gerar renda e subsistência para as pessoas, todos tem a necessidade do trabalho, o que muda são as configurações e as motivações das escolhas de cada um. No âmbito do trabalho informal diversos motivos podem levar os indivíduos a praticá-lo, seja por vontade própria ou por necessidade. O presente trabalho também apresenta os impactos da pandemia da covid-19 na renda familiar desses trabalhadores. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a repercussão da pandemia da covid na renda familiar dos trabalhadores do comércio informal das feiras-livres. Para isto foi adotada a pesquisa qualitativa, sendo classificada como exploratória, por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como técnica de coleta de dados a entrevista. A entrevista foi realizada com os trabalhadores informais das feiras-livres. Com base nos resultados encontrados os trabalhadores informais sofreram perdas na sua renda familiar devido a pandemia. não só perdas na renda familiar, mas também em seu poder de compra. Com os dados dos entrevistados calculou-se uma perda em ambos os casos de mais ou menos 50% em comparação aos períodos não-pandêmicos. Foi revelado ainda que uma minoria de trabalhadores informais das feiras teve ganhos de renda no período.

Palavras-chave: Trabalho informal; Comércio informal; Feira-livre; Pandemia.

ABSTRACT

Work, whether formal or informal, is essentially present in everyday life, and both have in common the need to generate income and subsistence for people. In the area of informal work, several reasons may lead individuals to practice it, either by their own will or by necessity. The present work also presents the impacts of the covid-19 pandemic on the family income of these workers. Thus, the general objective of this research is to analyze the repercussions of the covid-19 pandemic on the family income of informal market workers. For this, qualitative research was adopted, being classified as exploratory, by means of a bibliographical research and Field Research, and having as technique of data collection the interview. The interview was conducted with the informal workers of the street markets. Based on the results found the informal workers suffered losses in their family income due to the pandemic. not only losses in family income, but also in their purchasing power. With the data from the interviewees we calculated a loss in both cases of more or less 50% compared to non-pandemic periods.

Keywords: Work; Informal work; informal trade; workers.

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Taxa de informalidade em relação aos trabalhadores ocupados no período de 2019/4º trimestre a 2022/2º trimestre.....	27
----------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Faixa etária.....	38
Gráfico 2	Nível de escolaridade.....	39
Gráfico 3	Tempo na informalidade.....	40
Gráfico 4	Motivo de estar na feira.....	40
Gráfico 5	Preferências do trabalhador entre o trabalho formal ou informal.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLT	Consolidação das leis do trabalho
COVID-19	Corona Vírus Disease
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedor individual
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Pesquisa Anual do Comércio
PNADc	Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios Contínuo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UTI	Unidade de Terapia Intensiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	TRABALHO.....	16
2.1	Origem do trabalho.....	16
2.2	Trabalho formal X Trabalho Informal.....	19
3	PANDEMIA.....	20
3.1	Covid-19: repercussões nos diversos países.....	21
3.2	O Ceará na pandemia.....	23
4	COMÉRCIO.....	24
4.1	Empreendedorismo, Comércio formal e informal.....	24
4.2	Vantagens e desvantagens do comércio informal.....	27
4.3	Impactos da pandemia de covid para o comércio.....	29
4.4	Feiras-livres: definição e situação durante a pandemia da covid-19.....	31
5	METODOLOGIA.....	33
5.1	Classificação da pesquisa.....	33
5.2	Sujeitos da pesquisa.....	33
5.3	Recorte temporal e longitudinal.....	34
5.4	Técnica e instrumento de coleta de dados.....	34
5.5	Técnica de análise.....	35
6	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS	48
	APENDICE – INSTRUMENTO DE PESQUISA	54

1 INTRODUÇÃO

A informalidade no mercado de trabalho já atingia 41,6% dos trabalhadores do Brasil em 2019, ou 39,3 milhões de pessoas (IBGE, 2020). A pandemia do Covid-19 surgiu e consigo trouxe a aceleração desses números, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 68% dos trabalhadores que ficaram sem trabalho no segundo trimestre de 2020 optaram por ganhar dinheiro por meio de postos informais. (ESTADO DE MINAS, 2021). Citada situação vai ao encontro dos estudos de Ramos (2012), que afirma o aumento da informalidade em tempos de crises.

A motivação para o estudo se deu pelo fato do pesquisador já ter trabalhado na informalidade dentro da feira-livre e com isto presenciou dificuldades além disso a localidade em seu entorno a qual vive é em ambiente cheio de trabalhadores informais. Assim, surgiu no pesquisador o interesse em saber como a informalidade se comportou durante a pandemia. Além disso, há curiosidade em compreender os motivos que levaram as pessoas para a informalidade e se este trabalho lhe traz prazer ou sustento tanto, quer para si como para a sua família.

Existem vários tipos de trabalhadores informais, podendo ser autônomos, *freelancers*, pintores, panfleteiros, pedreiros, catadores de recicláveis, motoristas de aplicativos, entregadores sem CNPJ, feirantes, dentre outros. Esta categoria de trabalhador, os feirantes, foi uma das prejudicadas na pandemia de Covid-19, pois em muitos municípios e estados, incluindo o Ceará, foi proibido por decretos estaduais o funcionamento das feiras-livres, como forma de evitar a propagação do vírus devido as aglomerações existentes nesses lugares.

Ante ao cenário, torna-se pertinente a seguinte situação-problema: Qual a repercussão da pandemia da covid-19 na renda familiar dos trabalhadores do comércio informal das feiras-livres?

Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a repercussão da pandemia da covid na renda familiar dos trabalhadores do comércio informal das feiras-livres. Como objetivos específicos, podem ser elencados acerca do período da pandemia de covid-19: a) analisar as características e os impactos do comércio informal das feiras-livres para os trabalhadores; b) constatar se houve mudança na renda familiar dos trabalhadores informais das feiras-livres; c) mapear as dificuldades e/ou oportunidades para a renda familiar dos trabalhadores informais das feiras-livres.

Esse tema, apesar de ser transversal ao Secretariado Executivo, torna-se importante e relevante para o curso, pois a informalidade pós-pandemia atinge a muitos e há hipótese de haver profissionais do Secretariado Executivo trabalhando na informalidade. Para o profissional de Secretariado Executivo é importante entender a informalidade, pois o profissional tem total

capacidade de ajudar estes trabalhadores, prestando uma assessoria ou ajudando-os a empreender da melhor forma possível em seus negócios. Os feirantes, por exemplo, constituem uma categoria que precisa de apoios, o comércio informal é uma possibilidade de sustento e modo de vida.

O exposto trabalho pretende contribuir com um estudo científico acerca do comércio informal, por meio de pesquisa de campo realizada no ambiente da informalidade. Esta pesquisa se faz necessária tanto para a sociedade, quanto para a comunidade acadêmica, pois ainda há poucas pesquisas de campo realizadas com os objetivos desta monografia.

Assim, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: após esta introdução, vem o referencial teórico, composto por três seções, trabalho, pandemia e comércio respectivamente, metodologia, análise dos dados, considerações finais, respectivas referências e como apêndice o questionário aplicado na pesquisa.

2 TRABALHO

O que vem à mente quando se pensa no verbo trabalhar? Certamente há vários preconceitos estabelecidos em cada pessoa, para uns, o trabalho pode ser um fardo, para outros um desígnio, dádiva ou propósito de vida. O trabalho está intrinsecamente ligado à vida humana, que ao longo dos anos foi se transformando.

Quando se pensa, portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho compósito, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, "incluídos e excluídos", temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.[...] se estamos vivenciando o avanço da chamada era da mundialização do capital, podemos presenciar também uma fase de mundialização das lutas sociais do trabalho, nelas incluídas as massas de desempregados que se ampliam em escala global. Desse modo, um desafio maior da humanidade é dar sentido ao trabalho humano, tornando a nossa vida também dotada de sentido. Instituir uma nova sociedade dotada de sentido humano e social dentro e fora do trabalho. Este é um desafio vital em nossos dias (ANTUNES, 2008, p.11).

Segundo Borges e Yamamoto (2014) várias mudanças foram acontecendo aos poucos durante a Idade Média no que se refere à economia e à estrutura das sociedades, de forma que as ideias mais influentes na antiguidade foram se tornando inadequadas. E com o surgimento do capitalismo que se constrói e se consolida ao passar dos tempos, mudanças mais visíveis foram ocorrendo na reflexão sobre o trabalho.

2.1 Origem do trabalho

A palavra trabalho na língua portuguesa deriva do latim *tripalium*, que significa “instrumento de tortura”, momento de punição e sofrimento de acordo com os escritos de Ricardo Antunes (2005, p. 11). Segundo Albornoz (2017), *tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho para rasgá-los e esfiapá-los, a *tripalium* se liga ao verbo do latim vulgar *tripaliare*, que significa torturar, ainda que originalmente o *tripalium* fosse usado no trabalho do agricultor, no trato do cereal, é do uso deste instrumento como meio de tortura que a palavra trabalho teve seu significado por muito tempo, e ainda conota, algo como padecimento e cativo.

O trabalho é milenar, partindo pelo princípio judaico-cristão, na bíblia está escrito em (Gênesis 1:1-30) que Deus foi o primeiro trabalhador, trabalhou por seis dias para fazer todo o

mundo. E viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom (Gênesis 1:31).

De acordo com De Masi (2022), a interpretação católica do trabalho trata-se como uma forma de purificação de crimes ou faltas cometidas, ou uma forma de redenção. Na bíblia, se lê o seguinte:

E a Adão ele disse: uma vez que você deu ouvidos à sua mulher e comeu da árvore cujo fruto ordenei que não comesse, maldita é a terra por sua causa; por toda a vida, terá muito trabalho para tirar da terra seu sustento. Ela produzirá espinhos e ervas daninhas, mas você comerá de seus frutos e grãos. Com o suor do rosto você obterá alimento, até que volte à terra da qual foi formado. Pois você foi feito do pó, e ao pó voltará (GENESIS 3.17-19).

De Masi (2022) reflete sobre o versículo citado anteriormente, considerando sua influência para o mundo do trabalho no âmbito dos cristãos:

Eu me detive por tantas linhas neste trecho do Gênesis porque sua influência no trabalho humano na sua consideração e na sua regulamentação foi determinante durante dezenas de séculos em todo o ocidente, servindo de base à doutrina social dos judeus, dos católicos e de todos os cristãos. (DE MASI, 2022, p. 31).

Ainda segundo De Masi (2022), a interpretação protestante do trabalho é o trabalho como natureza.

Segundo Lutero, o trabalho também está no DNA do ser humano: “o homem nasceu para trabalhar, como o pássaro para voar.” Por isso, deve ser imposto aos ociosos: “as pessoas que não defendem e não sustentam ninguém, mas consomem, vadiam e só se tornam preguiçosas, o príncipe não deveria tolerá-las em seu país, mas expulsá-las ou obrigá-las a trabalhar, como fazem as abelhas, que mandam embora os zangões que não trabalham e comem o mel das outras abelhas.” A severidade com os ociosos também é ditada por uma posição mais favorável que a do católico em relação ao enriquecimento, desde que não se torne cobiça: cristo não quer que não se possua e não se aceite dinheiro nem bens, ou que, casos tenha, eles sejam jogados fora, como ensinaram e fizeram muitos loucos entre os filósofos e alguns santos tolos entre os cristãos. Ele permite de fato, que a pessoa seja rica, mas não quer que o amor seja ligado à riqueza. (DE MASI, 2022, p. 73-74).

Com o passar dos tempos impactados pelas mudanças na sociedade a partir da revolução industrial, o trabalho avançou. Esses avanços contribuíram para a consolidação de uma nova forma de produção, bem como deram início a uma nova realidade industrial, estabelecendo um novo padrão de consumo na sociedade e novas relações de trabalho (ABREU 2018).

Nesta fase, há um marco histórico que é a substituição da manufatura pela maquinofatura, ou seja, a substituição do trabalho humano e a introdução de máquinas capazes de realizar esse trabalho com maior precisão e em menor tempo. Nesse período, houve a expansão do comércio, e a mecanização possibilitou maior produtividade e, conseqüentemente, o aumento dos lucros. As indústrias expandiam-se cada vez mais, criando, então, um cenário de progresso jamais visto. As principais invenções do período contribuíram para o melhor escoamento das matérias-primas utilizadas nas indústrias e favoreceu o deslocamento de consumidores e a distribuição dos bens produzidos (JAGUARIBE, 2001, p.243).

O idealista Karl Mark influenciado também pela revolução industrial, escreveu em sua obra “O capital” sobre trabalho:

[...] Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2012, p. 211).

No decorrer da história mudanças ocorreram, Manfredi (2016, p. 39) salienta que, “nesse momento histórico ocorre um processo de metamorfose do trabalho, que, de autônomo e independente, passa a ser assalariado, dependente, sob o controle do capital”.

No decorrer dos anos o trabalho foi se moldando às realidades humanas. De acordo com Albornoz (2017, p. 22), depois de alguns séculos em que a colonização dos novos mundos descobertos encaminhava para a Europa riquezas consideráveis, e com a aplicação da ciência à produção, a expansão capitalista gerou o que se chamou de Revolução Industrial.

Segundo Albornoz (2017) desde o início da era moderna reconhece três grandes estágios de desenvolvimento de tecnologias, o primeiro foi a revolução industrial do século XVIII. O segundo estágio do desenvolvimento da tecnologia moderna no século XIX, se caracteriza pelo uso da eletricidade, que ainda continua a determinar a fase atual do reino do artifício humano. A automação representa o estágio mais recente da evolução tecnológica: a invenção do computador, a revolução industrial do século XX, ou a terceira onda da Revolução industrial.

Brynjolsson & McAfee (2014, p. 17) acrescentam que: “o progresso tecnológico em especial, as melhorias em *hardware*, *software* e redes tem sido tão rápido e tão surpreendente que muitas organizações, instituições, políticas e visões atuais não estão acompanhando”.

Nesse mundo agora dinâmico, sabe-se que na atualidade já é uma realidade a 4ª Revolução Industrial, que é caracterizada pela integração, controle da produção a partir de sensores e equipamentos conectados em rede e da “fusão do mundo real com o virtual” (CNI, 2016, p. 11).

Kon (2017, p. 03), salienta que os impactos da evolução tecnológica sobre o mercado de trabalho de uma economia são diretos, se fazem sentir a curto e longo prazos sobre a divisão do trabalho, o que, segundo ela, requer toda uma estrutura institucional para a qualificação e requalificação do trabalhador, de modo a possibilitar sua adequação a novas condições.

Isso está acelerando o mundo de tal maneira que, “As mudanças são tão profundas que, na perspectiva da história humana, nunca houve um momento potencialmente tão promissor ou tão perigoso.” (Schwab, 2017, p. 6).

O trabalho, transforma-se e se modifica no decorrer dos tempos, na contemporaneidade existe uma variedade de trabalhos a que cada trabalhador vai se vinculando ao longo da sua trajetória profissional e de subsistência.

2.2 Trabalho formal X Trabalho informal

De acordo com o IBGE (2020), trabalho formal é a condição compreendida pelos empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria, e empregadores que contribuem para a previdência social.

O principal marco regulatório do mercado de trabalho no Brasil é a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), herdada do período sob governo do Presidente Getúlio Vargas, considerada a era Vargas (1930-1945 código trabalhista sancionado em 1º de maio de 1943. O antecessor da CLT foi o antigo Conselho Nacional do Trabalho, dos anos 1920, do qual surgiu a Justiça do Trabalho, em 1939, seu objetivo era fazer cumprir a legislação vigente e ser o âmbito no qual são negociados os conflitos individuais e coletivos. Mas, foi a partir da Revolução de 1930 que foi criado o Ministério do Trabalho e foram promulgados instrumentos legais que são vistos, pelos trabalhadores, como um avanço no reconhecimento de seus direitos de então (SOUSA 2021).

Em 11 de novembro de 2017 entrou em vigor, no Brasil, a Lei nº 13.467, conhecida como Lei da Reforma Trabalhista. Esta lei alterou mais de 100 artigos da CLT, além da Lei nº 6.019 de 1974, da Lei nº 8.036 de 1990 e da Lei nº 8.212 de 1991. O objetivo da Lei é flexibilizar a legislação trabalhista para gerar empregos (SOUSA 2021).

Com isso, o Brasil conta atualmente com legislação específica que protege o trabalhador, seus direitos, as relações trabalhistas e permite a flexibilização de regras para ampliar as vagas de trabalho disponíveis.

O trabalho informal ou setor informal teve seu conceito inicial salientado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) no início dos anos 1970, através de estudos sobre Gana e Quênia. Nestes estudos, foi identificada uma negação dos direitos trabalhistas e da ação pública desses países (OIT, 1972). Algumas características desse setor foram atribuídas: (a) propriedade familiar do empreendimento; (b) origem e aporte próprio dos recursos; (c) pequena escala de produção; (d) facilidade de ingresso; (e) uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; (f) aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e (g) participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado (OIT,1972).

Ainda de acordo com a OIT,

A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos (OIT, 2005, p. 7).

No senso comum, no Brasil o trabalho informal caracteriza-se por aquelas pessoas que trabalham por conta própria e sem carteira assinada (LIMA 2010). O autor salienta que a informalidade pode ser entendida como um trabalho não regulamentado e localizado de forma majoritária em setores de baixa produtividade e rentabilidade como a pequena produção familiar, atividades comerciais, ambulantes e outras voltadas à subsistência.

De acordo com o IBGE (2020), trabalho informal é a condição compreendida pelo conjunto de ocupações relacionadas a empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, empregadores que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares auxiliares.

Os trabalhadores informais estão em evidência nesses dois últimos anos, advindo da pandemia, que foi responsável pelo aumento do desemprego em todo país, inúmeros trabalhadores que perderam seus postos de trabalho formal migraram para a informalidade, tendo em vista a única solução para gerar renda.

3 PANDEMIA

Quem imaginaria uma pandemia de Covid-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease* 2019), em pleno século XXI? De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS 2022), pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença. A Covid-19 foi caracterizada pela OMS como pandemia pela primeira vez no dia 11 de março de 2020.

Essa nova doença aportou no mundo todo, com sintomas iniciais semelhantes a gripes, contudo, com maior índice de letalidade ante às suas características até então desconhecidas, trazendo repercussões negativas para todas as populações que foram acometidas.

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ 2021) transcreve, que o vírus está produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias.

A pandemia do Covid-19 tem um impacto tremendo sobre a economia e a política internacionais. Por mais que o risco de uma crise sanitária mundial, causada por um vírus vindo da Ásia exista a muitos anos, a grande maioria dos países demonstrou estar despreparada para suas consequências (NETO, 2020, p. 118).

2.1 Covid: repercussões nos diversos países

Depois de mais de dois anos e meio de pandemia, dados da OMS (2022) demonstram que até o dia 04/10/2022 o mundo registrou, 618.521.620 casos confirmados da doença, onde 6.534.725 indivíduos perderam suas vidas. Desde o início da pandemia os países começaram a se mobilizar visando a diminuição do contágio da doença e conseqüentemente perdas humanas.

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na interrelação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna -se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia. (ANTUNES, 2020, p.9)

Muitos países implementaram uma série de intervenções para reduzir a transmissão do vírus e frear a rápida evolução da pandemia. Tais medidas incluem o isolamento de casos, o incentivo à higienização das mãos, adoção de etiqueta respiratória e o uso de máscaras faciais

caseiras; e medidas progressivas de distanciamento social, com o fechamento de escolas e universidades, a proibição de eventos de massa e de aglomerações, a restrição de viagens e transportes públicos, a conscientização da população para que permaneça em casa, até a completa proibição da circulação nas ruas, exceto para a compra de alimentos e medicamentos ou a busca de assistência à saúde. (AQUINO *et al*, 2020).

A China que foi o berço da pandemia, tem seu primeiro caso confirmado em 30 de dezembro de 2019 de acordo com dados da OMS (2020). A partir disso a China foi tomando uma série de ações contra o vírus, como exemplifica o bloqueio de Wuhan e cidades próximas na província de Hubei, que colocou pelo menos 50 milhões de pessoas em quarentena obrigatória. Em outras regiões da China continental, as pessoas ficaram em quarentena voluntariamente e foram monitoradas por líderes nomeados nos bairros. Foi implementada em todo o país o cancelamento de eventos esportivos e o fechamento de teatros. As escolas estenderam as férias, muitas empresas fecharam a loja. Qualquer um que fosse ao ar livre tinha que usar uma máscara. Dois aplicativos de celular amplamente usados, AliPay e WeChat na China ajudaram a impor as restrições, porque permitiram que o governo acompanhasse os movimentos das pessoas e até impedir que pessoas com infecções confirmadas viajassem (KUPFERSCHMIDT; COREN 2020).

Outros exemplos adotados por países como Estados Unidos, Japão, Austrália, Rússia e Indonésia, de restrição do deslocamento geográfico, foi a proibição da entrada em seu território de viajantes oriundos de países foco da doença, como chineses e italianos. A maioria dos demais países que permitiam a entrada de estrangeiros vindos de países com registros da doença, estava adotando a estratégia da quarentena (geralmente 14 dias) para passageiros assintomáticos, testes de confirmação da doença para pessoas com sintomas e medidas combinadas para pessoas que testarem positivo para o coronavírus. Medidas restritivas de acesso a ambientes públicos, onde havia concentração de pessoas, tais como escolas, museus, shows, teatros, arenas esportivas e estádios aumentou em todo o mundo. A restrição foi vista como um critério eficiente para controlar a propagação da doença (FIESC 2020).

Para dar conta do aumento de casos graves, um marcante movimento, foi a abertura de leitos de unidade de terapia intensiva (UTI) em hospitais de campanha, como um espaço de atenção intensiva e especializada para atender ao agravamento de casos de Covid-19 e evitar o colapso dos sistemas de saúde (MATTA *et al.*, 2021, p. 31). A ignorância popular quase generalizada em frente a situação, a falta de conhecimento sobre a evolução da pandemia, seus impactos devastadores nas organizações e nas empresas, provocaram prejuízos irreparáveis nas regiões e nas sociedades de todo o planeta (SAIDEL 2020). A paralisação da

economia na época repercute nos dias de hoje com a elevação da inflação, redução de vagas de trabalho e desvalorização de moedas principalmente nos países europeus e norte-americanos.

No Brasil o primeiro caso registrado pelo Ministério da Saúde da Covid-19, foi no dia 26 de fevereiro de 2020. Até o dia 11 de outubro de 2022, os casos da doença no Brasil somam 34.731.53 pessoas, com o total de óbitos de 686.963. O Brasil assim como os outros países também enfrentou um grande desafio na pandemia. União, Estados e Municípios adotaram providências específicas em seus âmbitos de atuação, com diferentes graus de regras de isolamento, quarentena e restrição de deslocamentos.,

A pandemia da Covid-19, além de desempregos e incertezas, colocou luz sobre desigualdades sociais que já existiam, talvez esquecidas ou não vistas. As populações já vulnerabilizadas são, comprovadamente, afetadas de forma negativa nesse contexto. As diferenças são inúmeras: na exposição ao vírus, no acesso ao diagnóstico e tratamento, no acesso a habitações adequadas, tecnologias, água e saneamento, alimentação e nutrição apropriadas, entre outras. (MATTA et al., 2020).

Para minimizar a ausência de renda daqueles que foram obrigados a deixar de trabalhar em decorrência das regras de isolamento ou decorrentes destas, foi criado programa estatal de renda mínima, contemplando mais de 67 milhões de brasileiros (BRASIL 2022). Por meio desse programa, foi possível manter por mais tempo as pessoas que perderam suas rendas em situação de quarentena (MATTA *et al.*, 2021, p.31).

3.2 O Ceará na pandemia

A pandemia de covid-19 chegou no Ceará e gerou uma grande crise sanitária e humana (OLIVEIRA 2020). De acordo com os dados do Ministério da Saúde até o dia 11/10/2022, o estado do Ceará computou 1.385.261 (3,99% em relação ao Brasil) casos de Covid-19 com 27.729 óbitos (4,07% em relação ao Brasil). O Governo do estado do Ceará, também tomou medidas drásticas para conter o avanço do novo Corona vírus, o primeiro decreto estadual teve efeito a partir do dia 20.03.2020, propondo-se a frear a propagação da Covid-19.

A dinâmica da expansão da epidemia no Ceará foi determinada pelas condições locais que apontam a desigualdade social e a densidade populacional como os fatores mais relevantes para entender o crescente número de casos. Fortaleza tem a maior densidade populacional do país, com 7.786 mil habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com o censo de 2010. A estimativa do IBGE para 2018 foi de 8.390 hab/km², além disso o estado tem um baixo índice de desenvolvimento humano (0,754) e uma renda salarial média pouco acima de quatro salários-

mínimos (OLIVEIRA 2020).

No estado do Ceará, assim como em outros estados, os casos do covid-19 acumulavam-se em localidades onde se tinham classes sociais médias e altas, mas, com a disseminação do vírus a contaminação atingiu as localidades mais pobres, principalmente aquelas com a maior densidade demográfica e com problemas sanitários, econômicos e sociais. Nessas localidades, há uma dificuldade de distanciamento social por conta justamente dessa geografia (MUNIZ, SILVA, FERNANDES; 2020).

No requisito da economia do Ceará, o resultado econômico não foi diferente do restante do Brasil, particularmente no que se refere ao mercado de trabalho. A pandemia e os seus efeitos no mercado de trabalho foram sentidos em todos os setores e ocupações, seja pela suspensão dos trabalhos, seja pela diminuição das horas, até mesmo pelo fim de postos existentes (MACIEL 2021).

O mercado de trabalho cearense, no segundo trimestre de 2020, refletiu sinais claros por conta da pandemia do novo coronavírus. A perda de vagas no Ceará ocorreu no auge da crise, entre os meses de março e junho de 2020. A taxa de participação é diretamente proporcional a força de trabalho, em um ambiente de isolamento social, os desocupados acabam desistindo de procurar trabalho. O incremento do auxílio emergencial na renda das famílias cearenses pode ter incentivado a redução da taxa de participação com relação a taxa de participação do Brasil a partir das diferenças de custo de vida (MACIEL 2021).

O avanço da vacinação do longo de 2021 e a retirada das restrições de funcionamento tiveram um impacto positivo no mercado de trabalho cearense, que encerrou o ano com uma redução para 11,1% na taxa de desocupação, uma queda de 3,4 pontos percentuais no quarto trimestre de 2021 em relação ao mesmo período de 2020. Embora ainda permaneça alto, o número de pessoas em busca de emprego caiu para 439 mil, conforme dados o da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, apesar de mais cearenses estarem exercendo alguma atividade econômica, o caminho encontrado para tanto foi a informalidade, que terminou o ano alcançando 54% da população ocupada no Estado ou 1,9 milhão de trabalhadores (DIÁRIO DO NORDESTE 2022).

A pandemia foi sentida por todas as pessoas de alguma forma e, conseqüentemente, todos os tipos de comércio. O comércio se estabelece por meio de ações empreendedoras, pessoas com determinação para empreender e com isto gerar vários negócios. O comércio, tanto formal como informal, pode ser gerador de impulso para a economia, pois tanto gera renda como trabalho, por isso sua importância.

4 COMÉRCIO

O comércio é a atividade que movimenta diferentes produtos, com uma finalidade lucrativa. É toda ação que tem como objetivo principal a compra e revenda de mercadorias. Comércio é, portanto, “o conjunto de atividades necessárias para tornar-se um produto disponível aos consumidores, em determinado lugar, no tempo solicitado e em quantidades e preços especificados” (PORTAL SÃO FRANCISCO 2016).

4.1 Empreendedorismo, comércio formal e informal

O empreendedorismo formal é aquele feito por conta-própria ou empregado com registro na prefeitura e/ou com CNPJ, já o empreendedor informal é aquele que exerce por conta-própria ou empregador sem registro na prefeitura e sem CNPJ (SEBRAE 2003).

O empreendedorismo é de suma importância para o comércio, Oliveira et al. (2011, p. 2) apresentam um conceito prático sobre empreendedorismo: “o processo pelo qual as pessoas iniciam e desenvolvem seus negócios. É um fenômeno complexo, no qual envolve o empreendedor, a empresa e o cliente, que fazem parte deste processo”.

Há pessoas com um forte espírito empreendedor que o exercem em diferentes lugares e situações: em casa, quando decidem fazer uma reforma que otimize o espaço; na empresa em que trabalham, quando um projeto precisa ser levado adiante; na vida, quando chega o momento de mudar. Há pessoas que aplicam todo esse potencial em um negócio do tamanho que seja, contribuem gerando empregos para sua comunidade, gerando renda para a economia local, e solucionam uma demanda (Endeavor Brasil, 2015).

Pode-se entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação (Sebrae, 2016). Além disso, “ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação” (Sebrae, 2016).

Existe dois tipos de empreendedor: por necessidades e por oportunidades. Empreendedores por oportunidade são aqueles que, quando indagados na entrevista, afirmam ter iniciado o negócio principalmente pelo fato de terem percebido uma oportunidade no ambiente. O empreendedor por necessidade é aquele que afirma ter iniciado o negócio pela ausência de alternativas para a geração de ocupação e renda (GEM 2017).

Em 2017, se observou um pequeno aumento na relação entre empreendedores por

oportunidade e por necessidade. Em 2016, para cada empreendedor inicial por necessidade, havia 1,4 empreendedores por oportunidade, em 2017 essa relação foi 1,5. Dito de outra forma, 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade (GEM 2017).

Em números absolutos, estima-se que haja 53,5 milhões de brasileiros (18-64 anos) à frente de alguma atividade empreendedora, envolvidos na criação de novo empreendimento, consolidando um novo negócio ou realizando esforços para manter um empreendimento já estabelecido (GEM 2019).

Todo empreendimento necessita do comércio para sua realização. Independente do objeto produzido, indústria ou serviço, precisa ser comercializado para que se transforme em negócio, gerando trabalho, renda, bens, impostos e retorno sociais.

O comércio é essencialmente troca, troca econômica, compra e venda de bens, serviços e/ou valores por outros bens, serviços e/ou valores, intermediada hoje em dia, em sua quase totalidade, pela moeda ou documento que a represente; visto desta maneira, o comércio é mais do que uma área profissional, constituindo-se atividade indispensável e presente em qualquer setor ou ramo da economia (MEC 2000).

O comércio formal é todo aquele que para acontecer exige uma série de regras e regulamentações. O setor formal deve existir de maneira legalizada, seguindo toda a burocracia, impostos, tributos e políticas do Governo (DE JESUS 2019).

O comércio informal deixa de pagar vários encargos tributários ao governo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, prejudicando as arrecadações fiscais, e o custeio de serviços e políticas públicas, pois os informais usufruem dos benefícios sociais sem contribuírem para a formação do fundo necessário para o seu custeio. Por isso esse tema é controverso, mas não se pode negar o fato de que a atividade informal ganha novos adeptos a cada dia (DINIZ; DE JESUS MATOS, 2012).

Contudo, há que se refletir acerca das causas do trabalho e do comércio informal no Brasil. As condições de ambos os segmentos são, de modo geral, inferiores às condições do trabalho e do comércio formal. A necessidade de trabalho e renda, em geral, determinam o ingresso do trabalhador na informalidade.

O conceito de setor informal pode ser trabalhado segundo uma dupla perspectiva. A primeira considera informais as atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço institucional legalmente estabelecido pelo Estado, incluindo no núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho, os empregos sem carteira assinada e os trabalhadores não remunerados. A segunda perspectiva considera informais as atividades não assalariadas desenvolvidas por

autônomos, em que não há uma separação nítida entre propriedade do empreendimento e a execução de suas atividades-fim (separação capital/trabalho), fazendo com que a categoria dos trabalhadores por conta própria tenha uma interface com o núcleo pouco estruturado do mercado do trabalho (CARDOSO; FERNANDES 2000, apud MILHOMEM, 2000, p.142).

Segundo o IBGE, em 2020, entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria sem CNPJ e aqueles que trabalham auxiliando a família. A taxa de informalidade de maio é superior aos 39,6% do trimestre imediatamente anterior (encerrado em fevereiro do ano de 2020) e aos 37,6% do trimestre findo em maio de 2020. O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado foi de 29,8 milhões de pessoas, uma queda de 4,2% (menos 1,3 milhão de pessoas) frente ao mesmo período de 2020. Já os empregados sem carteira assinada no setor privado somaram 9,8 milhões de pessoas, contingente 6,4% maior (mais 586 mil pessoas) ante a igual trimestre de 2020. Os trabalhadores por conta própria chegaram a 24,4 milhões, 3% acima do frente ao trimestre anterior (mais 720 mil pessoas) e 8,7% superior (mais 2 milhões de pessoas) ao trimestre findo em maio de 2020 (AGÊNCIA BRASIL 2021).

Em outubro de 2021 o número de trabalhadores por conta própria ficou em 25,4 milhões de pessoas, recorde da séria histórica, com altas de 4,3% no trimestre e de 18,1% na comparação anual. A taxa de informalidade foi de 41,1% da população ocupada no trimestre, o que equivale a 37,1 milhões de trabalhadores informais no país. No trimestre encerrado em maio, a taxa ficou em 40% e no mesmo trimestre de 2020 estava em quase 38%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Mensal, divulgados hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (AGÊNCIA BRASIL 2021).

Já no segundo trimestre de 2022 o Brasil possui, dos 98,3 milhões de trabalhadores, quase 39,3 milhões são informais, o que representa 39,98% da força de trabalho do País, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2022).

Tabela 1: Taxa de informalidade em relação aos trabalhadores ocupados no período de 2019/4º trimestre a 2022/2º trimestre.

PERIODO	PESSOAS OCUPADAS EM MILHÕES	TAXA DE INFORMALIDADE EM MILHÕES EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES OCUPADOS
2022/2ºTRIMESTRE	98.269.000	39.286.000 – 39,98%
2021/3ºTRIMESTRE	92.976.000	37.709.000 – 40,55%
2021/2ºTRIMESTRE	89.384.000	35.762.000 – 40,00%
2021/1ºTRIMESTRE	87.082.000	34.054.000 – 39,10%
2020/4ºTRIMESTRE	87.225.000	34.052.000 – 39,04%
2020/3ºTRIMESTRE	83.439.000	31.691.000 – 37,98%
2020/2ºTRIMESTRE	84.051.000	30.700.000 – 36,52%
2020/1ºTRIMESTRE	93.115.000	36.783.000 – 39,50%
2019/4ºTRIMESTRE	95.515.000	38.756.000 – 40,57%

Dados IBGE 2022

Há um aumento de pessoas na informalidade principalmente advindo da pandemia, muitos trabalhadores perderam seus postos de trabalho e viram como uma solução, a economia informal.

4.2 Vantagens e desvantagens do comércio informal

Para os governantes a desvantagem principal do crescimento do comércio informal de acordo com Ramos e Britto (2004, p. 8):

Representa um foco de preocupação em relação à perda de arrecadação tributária. Uma corrente de estudiosos do mercado de trabalho advoga que esse fenômeno é propiciado pelos elevados encargos trabalhistas impostos pela relação formal de trabalho, que faria com que o custo do fator trabalho dobrasse, segundo alguns cálculos, em relação ao salário efetivamente recebido pelo trabalhador (RAMOS; BRITTO, 2004).

No Brasil, de um modo geral, existem os encargos tributários que não são pagos pelo comércio informal, no caso os camelódromos, além dos aluguéis, salário de funcionário, energia, dentre outras despesas (DE JESUS 2019).

Há também prejuízos financeiros por causa da queda das vendas dos produtos, devido ao menor preço dos produtos dos camelódromos, além deles terem um preço melhor em seus produtos, muitas vezes, ficam na frente ou no lado das lojas do ramo de varejo de confecção, atrapalhando, na maioria das vezes, a visão dos produtos e o estacionamento também dos clientes ou consumidores das lojas legalizadas (DE JESUS 2019).

Continuando na visão do autor, por outro lado, como uma das principais consequências, a saber, do setor da informalidade em relação ao da formalidade é além da desleal concorrência, o fato de muitas vezes conseguirem arrecadarem bem economicamente e por não pagarem impostos geram a perda de arrecadação tributária e previdenciária que representa uma das consequências fiscais danosas da informalidade. E por causa da evasão, o Estado ou autoridades tendem a buscar reforço de caixa. No qual uma das alternativas é cobrar do setor que já paga impostos corretamente, aumentando sua carga, o que tira oxigênio da economia (DE JESUS 2019).

Segundo pesquisa relatada por Matsuo (2009), foi constatada precariedade das condições do trabalho informal, principalmente em relação às condições físicas e ergonômicas; à intensificação do trabalho; às jornadas prolongadas; ao ritmo intenso; e às poucas pausas para repouso, entre outros aspectos. A ausência de condições de higiene e conforto é percebida em todas as ocupações. A exigência de força física se faz notar, independentemente da idade e do sexo. A relação de trabalho costuma ser tensa e conflituosa. Os trabalhadores informais que atuam em ambiente aberto são afetados principalmente pelo sol forte, altas temperaturas e chuva (MATSUO 2009).

Mas a informalidade se tornou uma alternativa, que pode até agradar ao trabalhador por algumas vantagens, como fazer seu próprio horário de trabalho, não estar sob a pressão de um patrão e a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior que um trabalho formal onde também teria que seguir as regras do empregador e um horário determinado. Eleva até sua autoestima, porque ele pode dizer que tem um emprego e passa a ter mais respeito que alguém taxado como “vagabundo” (DE ALMEIDA; CARMO, DA SILVA, 2013).

Santos (2010) comenta que:

As características da informalidade no Brasil estão interligadas a problemas sociais como desigualdade e pobreza, uma vez que as pessoas que compõem a informalidade, em geral, são aquelas que não tiveram oportunidade de inserção no mercado formal (SANTOS, 2010, p. 17).

Este é um dos motivos que faz o trabalho informal crescer, por ser visto como uma possibilidade de enriquecer, enquanto no trabalho formal o trabalhador pensa que pode passar toda sua vida em uma mesma função sempre recebendo um salário base sem ter muitas expectativas de crescimento rápido, de acordo com Almeida; Carmo e Da Silva (2013).

O trabalho informal vem com o sonho de que as coisas podem acontecer mais rápido, é o produto que eu estou oferecendo como fruto do meu trabalho e para quem está sendo oferecido, a criatividade que utilizo para aumentar as vendas, os meus rendimentos e conseguir manter um crescimento. (DE ALMEIDA; CARMO, DA SILVA, 2013).

Observa-se que há contrastes entre os aspectos percebidos positivos e negativos pelos empreendedores informais. Os argumentos favoráveis à informalidade são de caráter individual, favorecem o empreendedor e seu grupo mais próximo. Entretanto, os argumentos desfavoráveis à informalidade têm caráter sistêmico e social, porque demonstram o prejuízo para a sociedade como um todo, em detrimento do benefício isolado para um pequeno grupo, o qual se beneficia de modo isolado e também usufrui dos serviços e oportunidades coletivos decorrentes dos empreendimentos formais. Ou seja, o informal se beneficia individualmente, sem contribuir coletivamente, mas usufrui da estrutura financiada pelos formais.

4.3 Impactos da pandemia de covid-19 para o comércio

No primeiro ano da pandemia em 2020, o comércio brasileiro perdeu 4,0% de sua ocupação, 7,4% das empresas e 7,0% das lojas. Dos 404,1 mil trabalhadores que saíram do setor, 90,4% (ou 365,4 mil deles) estavam empregados no varejo. Nesse segmento, apenas duas atividades, consideradas serviços essenciais durante a crise sanitária, tiveram incremento de pessoal: a de hipermercados e supermercados (1,8 mil pessoas) e a de produtos farmacêuticos, perfumaria, cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos (318 pessoas). Os dados são da Pesquisa Anual de Comércio (PAC 2020), divulgada pelo IBGE (2020).

Foi a maior queda na ocupação do comércio, no intervalo de um ano, desde o início da série histórica da pesquisa, em 2007. Também houve queda recorde do número de trabalhadores em dois dos três grandes segmentos do comércio: - 4,8%, no setor varejista, que emprega 73,7% dos trabalhadores do comércio, e -8,5% no segmento de veículos, peças e motocicletas (IBGE 2020).

Entre as atividades, a maior redução foi dos setores mais atingidos pelas medidas de distanciamento social adotadas para deter a Covid-19. Em um ano, o segmento varejista de tecidos, vestuário, calçados e armarinho sofreu retração de 176,6 mil trabalhadores, o que representa uma perda de 15,3% em seu contingente de ocupados. Além disso, o número de empresas desse setor caiu 15,6%. Isso corresponde a 32,6 mil estabelecimentos comerciais. Outras fortes retrações de ocupação ocorreram nos setores varejistas de produtos alimentícios, bebidas e fumo (-81,5 mil trabalhadores) e de material de construção (-59,7 mil). (IBGE 2020).

A crise econômica decorrente do coronavírus vem destruindo vários postos de trabalhos no Brasil e no exterior. A urgência da situação requer a adoção de políticas públicas de emprego e transferência de renda para proteger os trabalhadores que vivem na informalidade enquanto

as atividades estiverem paralisadas. No longo prazo, porém, o país precisa de uma política de desenvolvimento que implique o abandono da austeridade fiscal e o aumento dos gastos em programas sociais já existentes, no sentido de proteger milhões de trabalhadores que vivem na informalidade e residem em comunidades ou assentamentos precários, sem falar na população de rua (COSTA 2020).

No caso particular do Brasil, ainda que não seja possível identificar com precisão os impactos da crise sanitária em todas as regiões do país, é bem provável que a Covid-19 ficará conhecida como uma das maiores crises econômicas da história do país, devido ao seu alcance e aos seus impactos sobre as atividades econômicas e sobre as condições sociais de parcelas expressivas da população brasileira, especialmente das camadas mais vulneráveis da sociedade (MATTEI, 2021, p. 1).

Mesmo na presença do Auxílio Emergencial (ajuda financeira criada na pandemia pelo governo federal), trabalhadores de todo o país foram afetados pelas necessárias medidas restritivas adotadas, especialmente os trabalhadores dos setores de comércio e serviços, além de muitos trabalhadores do setor informal, que dependem da movimentação e da circulação de pessoas para a obtenção de renda (SILVA; ARAUJO, 2021).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Mensal, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado somou 31 milhões de pessoas no trimestre móvel encerrado em agosto de 2021, uma alta de 4,2% na comparação com o trimestre encerrado em maio e de 6,8% em relação ao mesmo trimestre de 2020. De acordo com a analista da pesquisa, Adriana Beringuy, o nível de ocupação se recuperou e passou de 50%, depois de chegar a 46,8% em agosto de 2020. Porém, a autora destaca que a base de comparação de um ano atrás estava muito baixa, pois foi o ano mais crítico da pandemia (AGÊNCIA BRASIL 2021).

Adriana Beringuy acrescenta: “os percentuais de variações nas comparações anuais estão bastante significativos, obviamente que pela recuperação em si do mercado de trabalho, que temos observado nos últimos meses, mas também a base de comparação com agosto de 2020, que foi o momento em que as condições de ocupação eram as mais baixas da série. Foi um ponto bastante deprimido da série de ocupação, com 81,7 milhões de pessoas. Agora, a gente tem 90,2 milhões de pessoas ocupadas.” (AGÊNCIA BRASIL 2021).

Em 2022 o comércio começa a mostrar sinais de recuperação, o Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 2,4 pontos em setembro, passando de 99,4 pontos para 101,8 pontos, o

maior nível desde janeiro de 2019 (102,3 pontos). Em médias móveis trimestrais, o indicador subiu 1,3 ponto, no sétimo resultado positivo consecutivo. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), (AGÊNCIA BRASIL 2022).

A confiança do comércio subiu pelo segundo mês consecutivo referente os meses de agosto e setembro de 2022. De acordo com o economista do Ibre/FGV, Rodolpho Tobler, a diferença entre agosto e setembro de 2022 está na composição do resultado. Enquanto no mês anterior, a alta foi totalmente influenciada pelas expectativas, neste mês de setembro de 2022 houve recuperação nos indicadores que medem a percepção sobre o momento presente. “Essa melhora parece estar relacionada com a recuperação da confiança do consumidor nos últimos meses de 2022, do mercado de trabalho, da desaceleração da inflação, além de algumas medidas de estímulos do governo. A continuidade dessa trajetória positiva ainda é incerta no médio longo prazo porque depende também da continuidade de melhora do ambiente macroeconômico”, explica Tobler, em nota (AGÊNCIA BRASIL 2022).

4.4 Feiras-livres: definição e situação durante a pandemia da covid

No Brasil, as feiras livres existem desde o Brasil Colônia, sobrevivendo ao tempo como uma tradição nas grandes e pequenas cidades. Em muitas dessas localidades no interior do país, as feiras são o principal e, às vezes, o único local de comércio e de venda de gêneros à população, funcionando também como centros de cultura, lazer e convivência (SEBRAE 2020).

As feiras livres, mais que espaços de comércio, são locais que representam a dinâmica de uma sociedade em determinado momento, pois demonstram a produção local e a circulação de mercadorias. São espaços ricos culturalmente. Em geral, afastadas dos setores mais abastados das cidades, elas estão mais próximas das camadas populares, nas áreas periféricas e hoje servem mais a esta população (DE FREITAS; FONTES; DE OLIVEIRA 2008).

No imaginário popular, as feiras-livres proporcionam um universo de proximidades, de figuras, de encantamento, de repulsa e confusões de fronteiras. Elas oferecem um mergulho em um ambiente de sons estranhos, gestos, imagens, pessoas, animais e coisas (DE FREITAS; FONTES; DE OLIVEIRA 2008). Como salienta Bernardo (2014, p. 24), a feira livre é “resistência”, um espaço evidentemente democrático, palco fecundo que concentra pessoas de diferentes posições, repertórios e vivências.

Por ser um evento socioeconômico cultural de grande importância para os brasileiros, a feira livre sofreu grandes modificações em sua estrutura com a grave ocorrência da pandemia

de COVID-19. A chegada da problemática de saúde global trouxe para o contexto da feira livre, em muitas cidades no Brasil, alterações nas práticas e no cotidiano dos envolvidos nessa atividade (SILVA; DA SILVA 2022).

Em muitos estados do Brasil as feiras livres foram proibidas de serem realizadas pelos decretos estaduais para conter a Covid-19 por um determinado tempo, devido as aglomerações naturais que ocorrem nelas. Pode-se constatar nessas notícias advindas de alguns sites de prefeituras de cidades brasileiras: “Contra aglomerações e para proteção das pessoas, Prefeitura do Rio impede funcionamento de 27 feiras livres na cidade” (RIO DE JANEIRO, 2020); “Para prevenção ao Coronavírus, Prefeitura suspende a realização de feiras livres” (CUIABÁ, 2020); “Prefeitura de Upanema suspende "feira livre" por 15 dias em razão da pandemia do novo coronavírus” (UPANEMA, 2020), (SILVA; DA SILVA 2022).

No Estado do Ceará o primeiro decreto para conter o avanço do Covid-19 começou no dia 20 de março de 2020 com a proibição de todas as feiras-livres (DIÁRIO OFICIAL 2020).

A retomada das atividades culminou na publicação de decretos e resoluções em cada região no que rege ao funcionamento do comércio, com base nas orientações advindas das instituições de excelência em saúde, visando medidas protetivas para a segurança dos feirantes e da comunidade em geral. Nesse contexto de paralisação, alguns feirantes se reinventaram rapidamente, inserindo a opção de venda virtual, já outros, pelo pouco conhecimento ou nenhum acesso às redes sociais e aplicativos para promoção e distribuição de seus produtos, não desenvolveram alternativas que pudessem diminuir os impactos em suas vendas (SILVA; DA SILVA 2022).

Com o recrudescimento da pandemia a partir do ano de 2022, as atividades laborais, os processos fabris e todo o setor produtivo de um modo geral, começaram a retomar sua atuação, e sinalizaram diversas dificuldades para essa retomada. Para o setor formal há dificuldade em recompor sua operação, e muitos dos formais migraram para postos informais. Portanto, o setor informal registra maior impacto.

Com as restrições sanitárias para combater a Covid-19 em todos os Estados do Brasil, os trabalhadores informais das feiras livres, os ambulantes, dentre tantos outros trabalhadores informais, sentiram com mais forças os efeitos da pandemia. A partir dessa percepção foi feito uma pesquisa de campo dentro da feira-livre que será apresentada a seguir.

5 METODOLOGIA

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 44), a pesquisa “significa muito mais do que apenas procurar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados através do emprego de métodos científicos.”

5.1 Classificação da pesquisa

A presente pesquisa, traz uma abordagem qualitativa, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.14). Quanto aos fins, essa pesquisa se classifica como exploratória que segundo Gil (2008), é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, utilizada normalmente quando o tema escolhido é pouco explorado.

Os meios utilizados para obtenção de informações e coleta de dados foram de cunho bibliográfico e pesquisa de campo. Gil (2008, p. 44), descreve a pesquisa bibliográfica como uma pesquisa “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Já a Pesquisa de Campo, segundo Vergara (2003, p.47-48), compreende o processo de “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-los. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

Em relação aos objetivos, evidencia-se como pesquisa descritiva. Para Gil (2002, p.42) o objetivo primordial da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Já, Prodanov e Freitas (2013, p.52) definem a pesquisa descritiva: quando o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem interferir neles.

5.2 Sujeitos da pesquisa

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 98): população (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Assim, o presente trabalho, considera sujeitos dessa pesquisa os

trabalhadores informais que atuam na feira-livre do bairro de Messejana, situada na cidade de Fortaleza no Estado do Ceará.

O critério de seleção dos sujeitos a serem entrevistados considerou as seguintes características:

- a) Trabalhar na feira de Messejana;
- b) Ser um comerciante informal (autônomo ou o próprio dono da banca) ou colaborador não registrado que trabalha para o dono da banca;
- c) Abordagem por acessibilidade do pesquisador.

Esses sujeitos são relevantes para os objetivos da pesquisa porque constituem grupo de trabalhadores informais do comércio de feiras livres e, de forma vivenciada por eles é possível compreender e inferir dificuldades e/ou oportunidades durante o seu trabalho na pandemia.

Com base nesses critérios, a pesquisa abordou 25 trabalhadores informais. Para guardar a identidade e o sigilo dos participantes, os indivíduos não serão identificados pelos seus nomes verdadeiros, se necessário utilizar.

5.3 Recorte temporal e longitudinal

A feira de Messejana em Fortaleza-Ce, foi escolhida primeiramente, pela acessibilidade do local, experiência do pesquisador como comerciante informal e consecutivamente pela sua diversidade de negócios, tais como frutas, verduras, vestuário, carnes, lanches, brinquedos, miudezas, dentre outros. Toda a feira é distribuída em quase 4.000m² pelas ruas Pergentino Maia, Manuel Castelo, Coronel Francisco Pereira, Joaquim Felício, Guilherme de Alencar, Joaquim Bento e Cesário Lange.

Assim, a feira apesar de ocorrer todos os dias para atender os consumidores residentes no bairro e suas cercanias, somente nos fins de semana o movimento se intensifica e aos domingos tem o seu ápice. De acordo com a pesquisa de Lima (2017), cerca de 1500 feirantes trabalham no domingo, entretanto só existem 498 feirantes cadastrados na prefeitura. Nos demais dias úteis apesar de não existir um dado preciso da prefeitura de número de feirantes, é estimada redução em torno de 80% dos mesmos.

A aplicação da pesquisa foi no período de 02/11/2022 a 06/11/2022, sendo que o pesquisador utilizou 3 dias para aplicar.

5.4 Técnica e instrumento de coleta de dados

A coleta dos dados ocorreu por meio de entrevista. May (2004, p. 145) afirma que “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas.” Ademais, Gil salienta ainda (1999, p. 117) “que é uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação.”

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um esquema de entrevista semiestruturado com um questionário prévio. Para Manzini (1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual é elaborado roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. O dever do entrevistador é sempre manter o foco da entrevista, em livre diálogo, assim como Gil explica (1999, p. 120) que “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”.

No Apêndice consta o instrumento utilizado para a coleta de dados.

5.5 Técnica de análise

Durante o ato da entrevista o pesquisador anotou tudo o quanto os entrevistados respondiam, para Gil (1999, p. 125) “o único modo de reproduzir com precisão respostas é registrá-las durante a entrevista, mediante anotações ou com o uso de um gravador”. Para a interpretação dos dados da pesquisa junto a entrevista foi utilizada a análise do conteúdo.

A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema ou o que foi dito em uma entrevista. Para Bardin (2016, p. 44), “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Diante disso, os dados obtidos foram agrupados e tabulados, para que houvesse uma melhor análise.

Concluindo essa etapa, foram analisadas todas as informações obtidas pelos entrevistados para chegar-se as devidas considerações.

6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi feita através de uma entrevista semiestruturada, abordou 50 trabalhadores na feira-livre de Messejana. Destes, 14 negaram participar da pesquisa logo de início, representando 28%, restando 36 indivíduos, dentre os quais foram excluídas 11 porque estavam fora dos critérios de seleção do público da pesquisa, pois não trabalhavam na informalidade, sendo CNPJ ou MEI abertos em seu nome. Assim, a presente pesquisa considerou a participação de 25 pessoas, representando 100% da amostra.

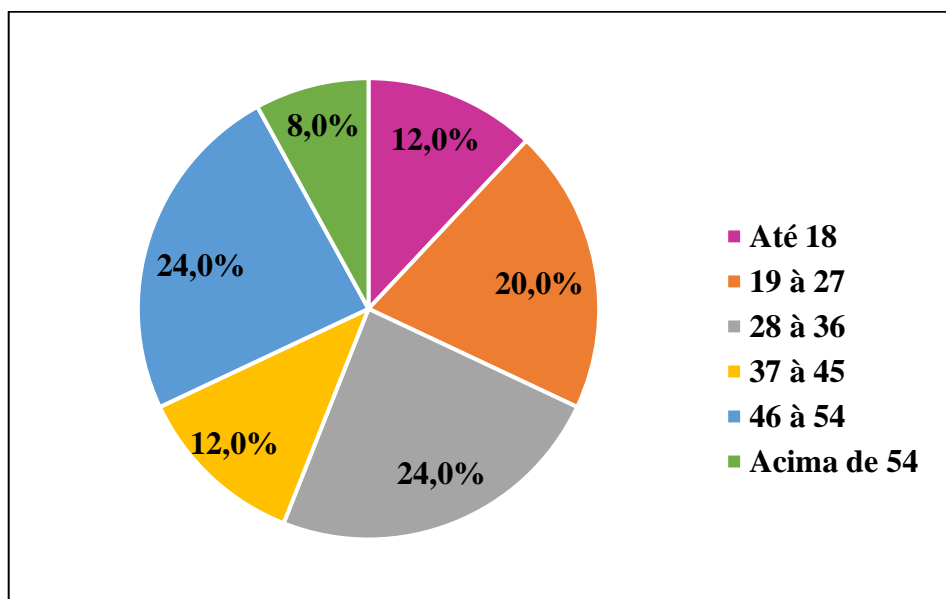
A coleta de dados consumiu 3 dias para colher as informações e entrevistas. Esse primeiro contato já demonstrou que entre 36 pessoas que concordaram em participar da pesquisa, 25 estão na informalidade (o grupo de pesquisa), portanto, 69,5% de informais no segmento de feiras livres, o que está acima dos números nacionais do 2º trimestre de 2022 em quase 30% de acordo com o IBGE (2022). Pode-se inferir que a discrepância demonstrada decorre do fato de que, nas feiras-livres, se concentram muitos trabalhadores de várias atividades negociais e de várias localidades diferentes, que estão ali por oportunidade ou necessidade.

6.1 Perfil do público entrevistado

A renda familiar dos entrevistados que ganham até 1,5 salário-mínimo equivale a 64% ou 16 indivíduos. Os outros 9, ou 36% dos trabalhadores, tem sua renda familiar de 1,5 salários até 3 salários.

Dos 25 entrevistados, 23 ou 92% eram mulheres, isto se dá por dois pontos, o primeiro ponto é que visualmente para o pesquisador a feira da Messejana contém mais mulheres que homens; e, o segundo ponto é que para o pesquisador o aceite das mulheres em participar da entrevista era melhor que quando ia ser abordado para o público masculino.

Gráfico 1: Faixa etária

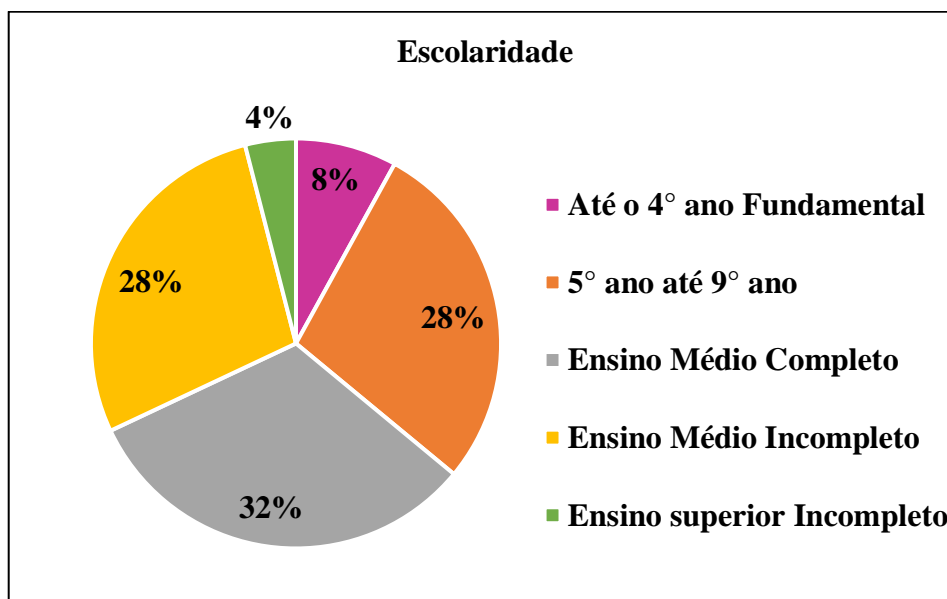


Fonte: Pesquisa direta (2022)

A faixa etária como mostra o Gráfico 1 é bastante diversificada. De acordo com o IBGE (2022) no final de 2021 para o 2º trimestre de 2022 os números de trabalhadores informais aumentaram 1.577.000 mil, fator que também pressiona a pulverização da idade dos diferentes trabalhadores. Chama atenção a presença de 6 pessoas acima de 54 anos, e segundo estas pessoas, estão trabalhando na feira porque o mercado dificulta para essa idade a entrada deles para o trabalho formal, fazendo-os optarem pela feira ou outro trabalho informal. De acordo com Araújo e Lombardi (2013), o comércio informal não é homogêneo, ao contrário, o que o caracteriza é a heterogeneidade de situações de trabalho, devido às diferentes posições que os trabalhadores ocupam na informalidade.

Quanto ao nível da escolaridade, observa-se uma baixa escolaridade dos entrevistados, visto que apenas 32% concluíram o ensino médio e apenas 4% iniciaram um curso superior, isto equivale respectivamente 8 e 1 entrevistado, os outros 16 entrevistados que representam 64% nem chegaram a concluir o ensino médio.

Gráfico 2: Nível de escolaridade

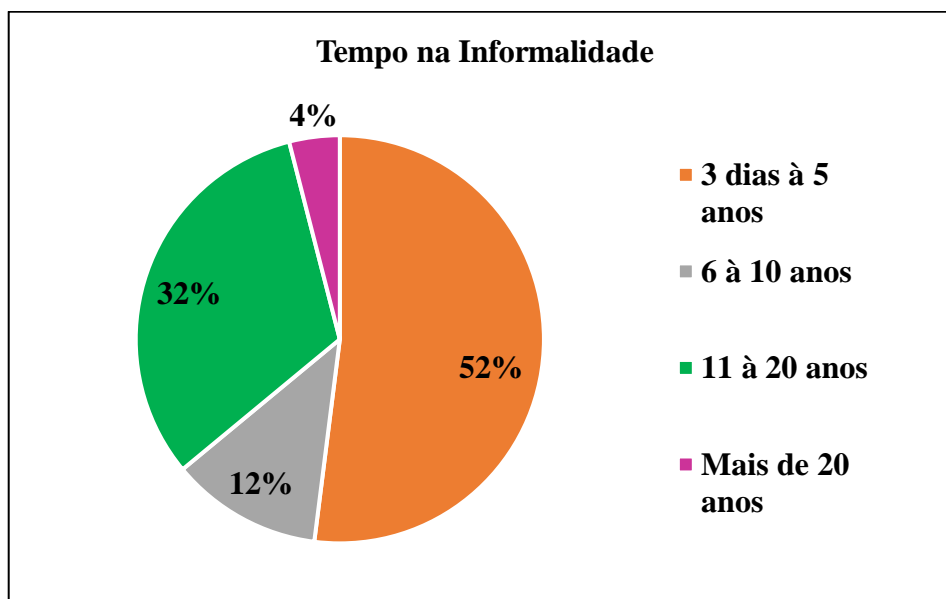


Fonte: Pesquisa direta (2022)

Observa-se que 36% (9 pessoas), apenas concluíram o ensino fundamental. Essa análise vai ao encontro dos estudos de Da cunha et al (2014) ao afirmar que a maioria das pessoas que possuem o ensino superior não participa do mercado informal, e para os indivíduos que possuem apenas o ensino fundamental, estes apresentam maior probabilidade de participarem do setor informal. Sustentando essa afirmação, Sousa (2021) defende que, existem alguns consensos entre os autores no que diz respeito ao nível de escolaridade desses trabalhadores, pois estudos apontam que os anos de estudos deles, os informais, são menores que os anos de estudos dos trabalhadores presentes no mercado formal.

No tocante ao tempo na informalidade, vale destacar duas faixas de tempo, os de até 5 anos e os mais de 11 anos na informalidade mais da metade consta na faixa de até 5 anos na informalidade. Essa informação caracteriza uma população e extremos, onde um terço dos entrevistados está com até 5 anos na informalidade, e, por outro lado, mais da metade dos entrevistados já está há mais de 10 anos nessa condição, à margem da formalidade do processo produtivo.

Gráfico 3: Tempo na informalidade

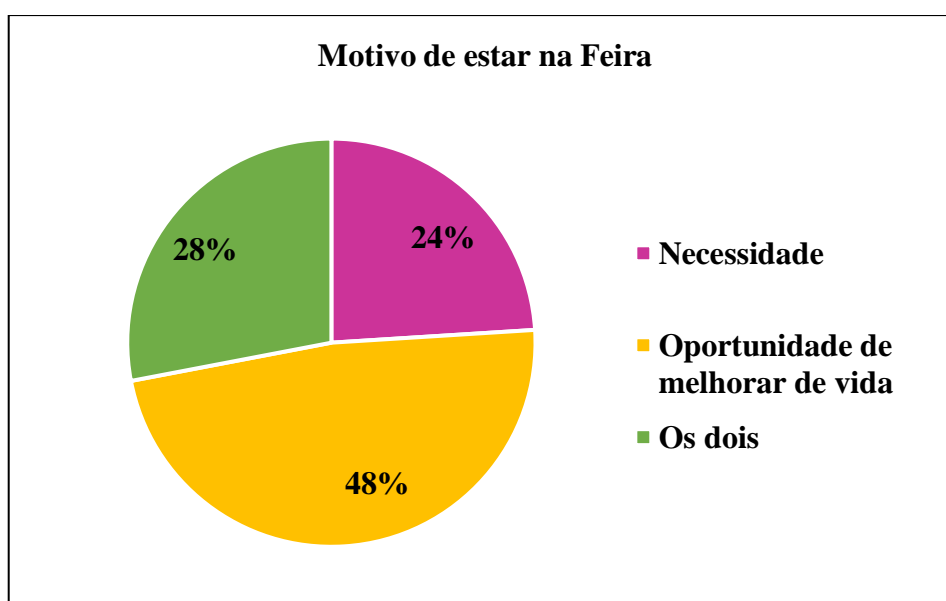


Fonte: Pesquisa Direta (2022)

6.2 O trabalho informal na feira livre

A pergunta “Porque o senhor(a) está trabalhando na feira? Necessidade ou oportunidade de melhorar de vida?” trouxe em suas respostas semelhança com os dados do GEM (2017). De acordo com citada pesquisa, 59,4% dos empreendedores iniciais empreenderam por oportunidade e 39,9% por necessidade, conforme o Gráfico 4, a seguir:

Gráfico 4: Motivo de estar na feira



Fonte: Pesquisa direta (2022)

Quando foi perguntado aos trabalhadores: **“Qual a importância desse trabalho na sua vida?”**, dos 25 respondentes, 16 ou 64% responderam que era para o sustento. Antunes (2008) comenta que a humanidade tem um desafio grande de dar sentido ao trabalho humano, para essa boa parte o sentido é o próprio sustento, não só para si, mas para a família. Dentre as respostas registradas, destacam-se: uma entrevistada que estava apenas a dois dias na informalidade, disse, “que a importância para ela desse trabalho era a experiência de estar ali em uma situação totalmente nova”; outra pessoa disse, “que a maior importância do seu trabalho de estar ali era que através das suas vendas e da comunicação com os clientes ela podia falar a palavra de Deus para seus clientes”.

Esse segundo destaque, corrobora o que De Masi (2022) esclareceu acerca das palavras de Lutero, que dizia, que Deus permitia de fato, que a pessoa seja rica, mas não quer que o amor seja ligado à riqueza. E de fato a riqueza que essa entrevistada tinha não era o dinheiro, mas sim o amor para falar de Deus, segundo ela.

Ao serem indagadas com a pergunta: **“Existem facilidades e prazeres em trabalhar aqui na feira? Se sim, quais?”**, 10 pessoas ou 40% responderam que não existe facilidades, já 15 indivíduos responderam que há sim facilidades, representando 60% da amostra. Algumas das facilidades mais mencionadas por eles: ir para a feira no dia que quiser; o convívio; facilidade em adquirir experiências; horário flexível; acessibilidade da localidade e facilidade em ganhar um pouco mais.

Quanto ao prazer em trabalhar na feira, a grande maioria tem esse sentimento, no total de 21 ou 84% relatam algum tipo de prazer, já os outros, 4 respondentes ou 16% da amostra não comentaram nenhum tipo de prazer. Dos prazeres citados pelos entrevistados, alguns exemplos de maior frequência são: trabalhar para si; ajudar as pessoas; gosta de estar ali; o trabalho proporciona um maior tempo com filhos; independência financeira; convívio; aprendizado; negócio próprio e o prazer de ter o “pão de cada dia” todos os dias.

A percepção dos entrevistados no tocante aos prazeres em trabalhar informalmente em feiras livres pode ser associada aos estudos de, Almeida, Carmo, Da Silva (2013), ao afirmar que os trabalhadores informais veem uma possibilidade de enriquecer no seu trabalho, visto que muitas vezes no trabalho formal o dinheiro já é o esperado e enquanto no informal, muitos ganham um pouco mais. Contudo, também é relevante observar que para além dos ganhos financeiros, os trabalhadores informais também identificam prazer em estar em posição de ajudar outras pessoas.

Sobre a pergunta **“Existem dificuldades para o seu trabalho aqui na feira? Se sim, quais?”** 20 trabalhadores relataram dificuldades (80%). Os 20% restantes não comentaram

nenhuma dificuldade.

Os problemas de maior impacto para o trabalho na feira livre percebido pelos informais referem-se a:

- a) acordar cedo, pois alguns deles moram em bairros distantes do bairro da Messejana;
- b) a feira livre não é valorizada pelas autoridades: a urbanização da feira é deficiente há muitas barracas e ambulantes e existe uma disputa pelos lugares;
- c) dificilmente tem banheiros químicos na feira, então a higiene é bem precária confirmando a pesquisa de Matsuo (2009) que comenta que, a ausência de condições de higiene e conforto é percebida em todas as ocupações do trabalho informal;
- d) as barracas não são padronizadas, mas gostariam que a prefeitura patrocinasse isto. Uma entrevistada relatou que até pagaria por esse serviço mensalmente se fosse o caso da prefeitura fazer estas padronizações. Como as barracas não são padronizadas, não tem como guardar a mercadoria na banca ao fim do dia, eles necessitam de bolsas gigantes para guardar toda mercadoria, com isso pagam um carregador e o local para se guardar as coisas, gerando mais um custo mensal para a operação;
- e) dificuldade no convívio, alguns clientes mal educados;
- f) períodos em que faltam clientes pela grande concorrência;
- g) variações climáticas interferem na produtividade, sol, chuvas e o clima em si. Essa dificuldade é comentada por Matsuo (2009), esclarecendo que os trabalhadores informais que atuam em ambiente aberto são afetados principalmente pelo sol forte, altas temperaturas e chuva. Apesar da pesquisa do autor ter sido feita há 13 anos, os mesmos problemas se perpetuam na atualidade dos trabalhadores informais.

As perguntas “Como o senhor(a) trabalhou na pandemia? Sabemos que foram expedidos dois decretos do Governo do Estado do Ceará que impediram por algum tempo feiras-livres. Como o senhor(a) ganhou renda neste tempo?” receberam as respostas comentadas a seguir.

Dos 25 trabalhadores, mais da metade ou 13 pessoas representando 52%, relataram que não trabalharam na feira e com mais nada na pandemia. Já as outras 12 pessoas ou 48%, uns continuaram a trabalhar na feira e/ou com outra atividade. Destes 12 que continuaram a trabalhar, 5 deles ou 20%, relaram um sentimento de medo, pois vinham trabalhar, mas em muitos momentos foram impedidos de exercer suas atividades pelas autoridades diante do Decreto do Estado do Ceará; os outros 4 indivíduos ou 16%, pararam de trabalhar na feira nesse período e

buscaram ganhar dinheiro em outras atividades fora da feira; e, os outros 3 restantes ou 12%, trabalharam na feira de forma intercalada, entre casa e trabalho.

No quesito renda nesse período, dos 25 respondentes, 12 pessoas ou 48% necessitaram do auxílio emergencial do Governo Federal, tanto para viver como para complementar a renda familiar. Destes 12 indivíduos, 8 deles ou 32% viveram apenas do auxílio emergencial, os outros 4 informais ou 16% trabalharam na feira, mas complementaram a renda com o auxílio.

Segundo o Ministério da Cidadania (2022), em Agosto de 2022, no Estado do Ceará, 1.437.051 famílias recebem o auxílio Brasil, criado pelo Governo Federal para minimizar os impactos na renda familiar dos brasileiros decorrentes da paralisação do trabalho pela pandemia da Covid-19.

Dentre os 13 entrevistados que não receberam o Auxílio Brasil estão 6 trabalhadores ou 24% que pediram o auxílio, mas lhes foi negado e também não conseguiram trabalhar na feira, por isso sobreviveram com a ajuda da família, do cônjuge, das economias feitas antes da pandemia.

Um desses 6 trabalhadores mencionados anteriormente disse que nesse período pandêmico abandonou a feira e foi viver da sua própria plantação e colheitas até as coisas voltarem a normalidade.

Os outros 7 trabalhadores ou 28% que não receberam e nem solicitaram o Auxílio Brasil fez outros trabalhos também de natureza informal: trabalhou na própria feira, com vendas *online*, como *freelancer*, com vendas de marmitas, vendas de água e máscaras.

Sobre as indagações “**O Senhor(a) sentiu que a renda (a remuneração) mensal que o senhor tinha nesse período, diminuiu ou aumentou? O senhor pode estimar em números? Nesse período, houve mais facilidade ou mais dificuldade para manter a sua família? Cite exemplos. Nessa pandemia surgiu para o senhor(a) alguma oportunidade de empreender em algo novo e com isso ganhar mais renda? O seu poder de comprar aumentou ou diminuiu nesse período?**”, os entrevistados fizeram diferentes afirmações, resumidas a partir do próximo parágrafo.

Dos 25 entrevistados, 20, a grande maioria representando 80%, relataram perdas significativas na renda familiar no período da pandemia. Esse relato confirma o que Silva e Araujo (2021) comentam, que os trabalhadores informais dependem diretamente da circularização de pessoas para a movimentação da sua economia e diante das medidas restritivas por conta da Covid-19, esperava-se um aumento no desemprego e redução da renda dos trabalhadores.

De acordo com a pesquisa a perda de renda variou entre 10% e 90%, que dá uma média

de 49,00% a menos na renda familiar desses trabalhadores. Dos 20 entrevistados que tiveram a renda familiar reduzida, apenas 1 não relatou dificuldades em manter a família, já os demais 19 comentaram várias dificuldades, a maior parte delas foi com o aluguel, seguido por alimentação, contas da casa em geral e a preocupação com a doença Covid-19.

Acerca da percepção de que o poder de compra diminuiu ou aumentou nesse período, de acordo com esses mesmos 20 entrevistados, foram unânimes, todos perceberam a diminuição no seu poder de compra. Esta resposta está diretamente vinculada a pergunta anterior, pois assim como eles perderam renda na pandemia, perderam também poder de comprar, e estimam uma diminuição em torno de 50% no poder de compra, número praticamente o mesmo na perda de renda desses trabalhadores.

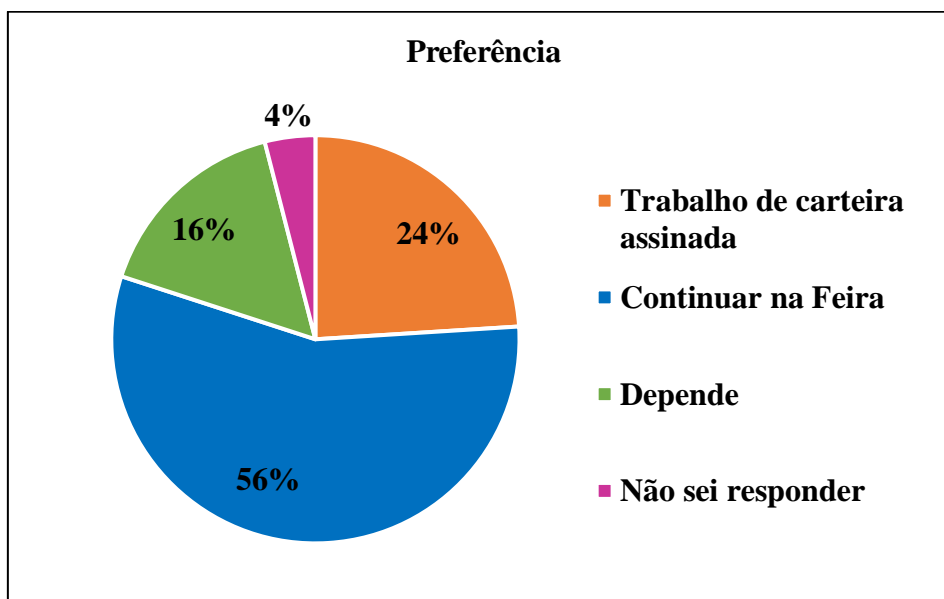
Foi perguntado também se alguém conseguiu empreender em algo novo durante a pandemia, apenas 2 indivíduos responderam que sim, um tentou vender em casa e o outro tentou vender em forma de *delivery*, tentando complementar a perda de renda, como comentaram os entrevistados.

Os outros 5 entrevistados que afirmaram não terem tido perda de renda nesse período da pandemia, representando 20% da amostra, 3 deles disseram que a renda deles aumentou na pandemia e os outros dois se mantiveram na normalidade. Sobre se foi mais fácil ou mais difícil manter a família nesse período, 2 deles disseram que foi mais fácil e 3 pessoas comentaram que foi dentro da normalidade. Em relação ao aumento do poder de compra, 3 deles disseram que se manteve normal, 1 deles comentou que aumentou seu poder de compra e o outro relatou que diminuiu seu poder de compra de propósito para poder economizar visando uma pandemia mais demorada.

A causa dessas 5 pessoas não relatarem dificuldades, é que segundo eles como a feira diminuiu muito de tamanho e ocorreu a escassez de feirantes na pandemia, eles aproveitaram essa escassez para vender para a demanda de consumidores existentes que mesmo diante da pandemia não deixaram de comparecer na feira. Dois desses 5 entrevistados empreenderam em algo novo, colocaram produtos diferentes nas suas bancas e aproveitaram a pandemia para vender máscaras e água, fazendo gerar um pouco mais de renda como comenta os entrevistados.

No tocante às perguntas **“Se o senhor(a) pudesse escolher, entre o trabalho formal e informal, o senhor preferiria um trabalho de carteira assinada ou continuaria aqui na feira ou em outros negócios, como informal? Por quê?”**, foram coletadas as seguintes informações, conforme o Gráfico 5.

Gráfico 5: Preferência do trabalhador entre o trabalho formal ou informal



Fonte: Pesquisa direta (2022)

Como observa-se no Gráfico 5, mais da metade dos entrevistados escolheriam continuar na feira. Esse desejo de permanência por parte de 14 pessoas é justificado porque para eles na informalidade ganha-se mais; fazem o próprio horário; já estão habituados; são seu próprio patrão, tem prazer no que fazem; o lucro é para si; e, têm mais liberdade. Citadas afirmações confirmam o que os estudos sobre vantagens que existem no trabalho informal: como fazer seu próprio horário de trabalho; não estar sob a pressão de um patrão; a possibilidade de se conseguir uma remuneração maior do que com um trabalho formal (ALMEIDA; CARMO, DA SILVA, 2013).

Já os 24% que representa 6 indivíduos, disse, que aceitaria trabalhar na formalidade, pois nas palavras deles, há mais direitos e benefícios, cria uma certa estabilidade e o cansaço da feira geraria essa vontade de procurar o trabalho formal.

Os 16% dos respondentes que falaram, depende, analisariam o tipo de trabalho e dependeria do ganho monetário.

A última pergunta feita para os entrevistados diz respeito ao ambiente da feira e seu negócio: “Quais suas sugestões para melhorar a situação do trabalho e de retorno financeiro de feirantes proprietários de barracas e dos auxiliares desses proprietários?”

Dos 25 entrevistados, apenas 1 deles não soube responder o item. Para 2 pessoas estava tudo bem, mas para a grande maioria – 22 pessoas, representando 88%, foram citados elementos a melhorar, que corroboram os problemas listados em perguntas anteriores, conforme descrito nos itens seguintes:

- a) Palavra quase unânime a todos foi a “higienização”, pois para os entrevistados faltam banheiros químicos nas feiras e água potável para a limpeza em geral;
- b) Urbanização da feira, para eles há muitas bancas fora dos padrões e muitos feirantes não cadastrados junto à Prefeitura de Fortaleza, o que gera briga por espaços;
- c) Valorização pela Prefeitura das feiras-livres em geral, disponibilizando microcrédito para os feirantes melhorarem seus negócios;
- d) Ações educativas e empreendedoras por parte Prefeitura para ensinar o que é e como se cadastrar no MEI (Micro Empresário Individual), pois muito sentem dificuldade em sair da informalidade por falta de um amplo conhecimento sobre esse programa o MEI.
- e) Necessidade de segurança pública.

A análise do discurso utilizados pelos feirantes informais leva a constatar o sentimento de orgulho pelo que fazem, a possibilidade de permanecerem na atividade como forma de sustento, desde que em condições melhores esperadas da parte da prefeitura municipal. A articulação ou mesmo conhecimento prévio acerca de programas empreendedores ofertados por organismos público e sociais não foi relatada pelos entrevistados, o que revela baixa identidade dos feirantes informais com possíveis serviços públicos voltados para a profissionalização e estímulos empreendedores. Se há a presença de ações neste sentido, os entrevistados não as identificam como canais viáveis para seu apoio profissional. Em sua maioria, contam com seu próprio esforço ou com auxílios financeiros governamentais, com baixo índice de iniciativa própria para buscar autodesenvolvimento ou mudança de sua condição de profissionalização e geração de renda familiar. É possível inferir um baixo protagonismo na solução dos problemas identificados por eles mesmos, apesar das dificuldades relatadas e sugestões formuladas.

Segundo os entrevistados, a informalidade dos trabalhadores nas feiras não é associada às questões legais, nem fizeram comentários acerca dos impactos para os trabalhadores formais. As expressões utilizadas, como por exemplo; faço, estou, criei, dentre outros, dão conta de que se sentem parte da feira, com desenvoltura e liberdade, como se fossem parte legítima daquele segmento de negócio.

O nível de conhecimento formal identificado nos entrevistados pode explicar parte da ausência do protagonismo e da percepção sobre caminhos a serem trilhados para melhores condições de seu trabalho, dentre eles a formalização de suas ações empreendedoras.

A pesquisa pode constatar que há percepção por parte dos feirantes informais de feira-livre que o período de pandemia da Covid-19 gerou redução em torno de 50% na renda familiar

e no poder aquisitivo destas pessoas e suas famílias, contudo, sem conectar que essa tenha sido uma condição específica para os trabalhadores informais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio informal é muito rico, rico em pessoas, em histórias, em sonhos, superações e em inclusão. Muitas vezes não é reconhecido como merece, mesmo assim o comércio informal não deixa de existir, mas é uma solução para inúmeras pessoas que o buscam, tanto por uma oportunidade como por necessidade.

Os trabalhadores da informalidade, muitos, não tem a compreensão que mesmo estando no comércio informal, podem ter vários benefícios, tanto quanto alguém que esteja no trabalho formal, o que falta na sua grande maioria é conhecimento, como mostrou a pesquisa realizada com os trabalhadores das feiras-livres, que apenas 32% têm o ensino médio completo e o ensino superior completo, apenas 4%. É a partir desse dado que o poder público deve agir, pois quanto mais os trabalhadores informais se formalizarem, mais eles contribuem para seu próprio futuro e o do país.

Há duas maneiras dos comerciantes informais se formalizarem, pagando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por conta própria ou se criando uma pessoa jurídica por meio do Microempreendedor Individual (MEI), ambos os programas garantem aos trabalhadores os benefícios da previdência social.

O poder público em todas as suas esferas, precisa unir forças para que isso chegue aos trabalhadores informais, com trabalho de conscientização para os informais, esclarecendo as opções já existentes de pagar o INSS ou de ter um MEI. As prefeituras junto com o ministério público, podem fazer parcerias com as universidades públicas e privadas, através da criação de um programa que leve os universitários, nesse caso, para as feiras-livres, a fim de que juntos orientem, possibilitando que os informais possam decidir seu caminho por meio do conhecimento. O trabalho de cadastramento pode ser oferecido no local mesmo, tanto de quem preferir o INSS como de quem preferir abrir o MEI, desde que os trabalhadores informais possam antes ser esclarecidos e com essa compreensão poderem decidir sobre sua atuação e desenvolvimento profissionais.

Nessa direção, uma das entrevistadas, disse que fiscais tinham ido a algum tempo atrás conversar com ela e com outros feirantes a respeito da abertura do MEI, ela com um semblante desanimada disse que ficou interessada pelo programa, entretanto, nunca mais este fiscal voltou para mais orientações, nem mesmo para o cadastramento no local que havia sido prometido por eles. Este é um relato simbólico que demonstra a baixa iniciativa dos informais por buscar melhorar suas condições, a espera passiva por ajuda externa e a pouca eficácia dos atuais programas de inclusão de trabalhadores informais na formalização do seu trabalho.

O fenômeno mundial da pandemia também impactou as feiras-livres. Durante a pandemia muitos trabalhadores das feiras-livres foram impedidos de trabalhar por causa dos decretos para conter o vírus. Muitas pessoas dependem exclusivamente da feira para gerar renda para sobreviver junto com as suas famílias, o que foi comprovado através dos dados obtidos na pesquisa, e com isso surgem reflexões, como foi para esses indivíduos trabalharem na pandemia? Como esses trabalhadores sobreviveram? Fizeram alguma coisa diferente? Como geraram renda?

Diante dessas indagações, e da pergunta norteadora desta monografia que diz: Qual a repercussão da pandemia da Covid-19 na renda familiar dos trabalhadores do comércio informal das feiras-livres?

Com os resultados obtidos nesta pesquisa, conclui-se que de fato houve perdas significativas na renda familiar desses trabalhadores no período da pandemia, não só perdas na renda familiar, mas também no poder de compra deles. Com os dados dos entrevistados calculou-se uma perda em ambos os casos de mais ou menos 50% em comparação aos períodos não-pandêmicos.

De modo que, através dessa pesquisa também se conseguiu: a) analisar as características e os impactos do comércio informal das feiras-livres para os trabalhadores; b) constatou-se, que houve mudança na renda familiar dos trabalhadores informais das feiras-livres; c) e mapeou-se as dificuldades e/ou oportunidades para a renda familiar dos trabalhadores informais das feiras-livres, o que de fato atendeu-se aos objetivos da pesquisa realizada em campo.

As limitações desta pesquisa voltam-se a amostra não probabilística selecionada para a pesquisa de campo e que não permite mais variações de tipos de comércios informais, além disso, também existe a limitação da quantidade de casos analisados nesta pesquisa.

Esta pesquisa abre sim, espaço para trabalhos futuros, como o estudo comparativo entre as percepções de trabalhadores formais e informais, ou mesmo a análise de mais tipos de trabalhadores informais (autônomo, *freelancer*, pintor, panfleteiros, pedreiros, catadores de recicláveis, motorista de aplicativos ou entregadores sem CNPJ).

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Henrique Camargo de. Perspectivas para a Gestão do Conhecimento no Contexto da Indústria 4.0. **South American Development Society Journal**, [S.l.], v. 4, n. 10, p. 126 - 145, mar. 2018. ISSN 2446-5763. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v4i10p126-145>>. Acesso em: 28 set. 2022.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2017. E-Book.

ALMEIDA, Maria Goretti; CARMO, Larissa de Andrade; SILVA, Seffra Renata Ramos. **O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual**. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2. Fortaleza: [s.n.], 2013. p. 1-18. v. 1.

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020. Ebook

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 2008

AQUINO, E.M.L.; SILVEIRA, I.H.; PESCARINI, J.M.; AQUINO, R. et al. Social distancing measures to control the COVID-19 pandemic: potential impacts and challenges in Brazil. **Ciência saúde coletiva**, v. 25, suppl 1, 2020.

ARAÚJO, Ângela M. C.; LOMBARDI, Maria. R. **Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI**. Cadernos de Pesquisa, v. 43, n. 149, pag. 452-477. 201

BARDIN; Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNARDO, J. Dias de Feira. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BORGES, Livia de Oliveira. Yamamoto Oswaldo H. **Mundo Do Trabalho: Construção Histórica e Desafios Contemporâneos**. In: Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. 2ª edição. Editora grupo A. Ano 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.982, de 2 abr. 2020**. Altera a Lei n. 8.742, de 7 dez. 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei n. 13.979, de 6 fev. 2020. Diário Oficial da União, Brasília, 2 abr. 2020c. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>>. Acesso em: 12 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017a**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3

de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>. Acesso em: 22 Out. 2022.

Brynjolfsson, E., & McAfee, A. (2014). **NOVAS TECNOLOGIAS VERSUS EMPREGABILIDADE**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.

CNI. (2016). **DESAFIOS PARA INDÚSTRIA 4.0 NO BRASIL**. Brasília: Confederação Nacional da Indústria. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2016/8/desafios-para-industria-40-no-brasil/>>. Acesso em: 29 set.2022.

COMÉRCIO TEM QUEDA RECORDE DE 4% NOS POSTOS DE TRABALHO EM 2020. **Agência IBGE notícias**, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34676-comercio-tem-queda-recorde-de-4-nos-postos-de-trabalho-em-2020#:~:text=Em%202020%2C%20primeiro%20ano%20da,s%C3%A9rie%20hist%C3%Brica%2C%20iniciada%20em%202007>>. Acesso em: 12 set. 2022

COM PANDEMIA, COMÉRCIO DO CE TEM PIOR RESULTADO DA HISTÓRIA EM ABRIL. **Diário do Nordeste**, 2020. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/com-pandemia-comercio-do-ce-tem-pior-resultado-da-historia-em-abril-1.2955762>>. Acesso em: 10 out. 2022.

CONFIANÇA NO COMÉRCIO SOBE PELO SEGUNDO MÊS CONSECUTIVO. **Agência Brasil**, 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-09/confianca-do-comercio-sobe-pelo-segundo-mes-consecutivo>>. Acesso em: 29 set. 2022.

COSTA, Simone. **Pandemia e desemprego no Brasil**; Rev. Adm. Pública 54 (4). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>>. Acesso em: 14 out. 2022.

DE MASI, Domenico. **O trabalho no século XXI**. 1. ed. Tradução Alinne Real. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

DE JESUS. CONSIDERAÇÕES SOBRE COMÉRCIO FORMAL E INFORMAL NO BRASIL. 2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/Matheus%20Costa%20Rocha/Downloads/1272-Texto%20do%20artigo-5555-1-10-20190909%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Matheus%20Costa%20Rocha/Downloads/1272-Texto%20do%20artigo-5555-1-10-20190909%20(4).pdf)>. Acesso em: 14 out. 2022.

DINIZ, Alexandre; DE JESUS, Terezinha Matos. **O Comércio Informal de Boa Vista**. Textos e Debates, v. 1, n. 5, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <<https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/Decreto-n.-33.519-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.-Intensifica-as-medidas-para-enfrentamento-da-infec%C3%A7%C3%A3o-humana-pelo-novo-coronavirus.pdf>>. Acesso em 25 set. 2022.

DIÁRIO DO NORDESTE. 2022. Disponível: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/com-pandemia-comercio-do-ce-tem>>

pior-resultado-da-historia-em-abril-1.2955762>. Acesso em 25 set. 2022.

ESTADO DE MINAS: Pandemia aumenta o número de trabalhadores informais e condições precárias, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/04/02/internas_economia,1253230/pandemia-aumenta-o-numero-de-trabalhadores-informais-e-condicoes-precarias.shtml>. Acesso em 25 set. 2022.

FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N., orgs. Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. ISBN 978-85-232-0914-8. Available from SciELO Books . <http://books.scielo.org>>. Acesso:

GEM, Global Entrepreneurship Monitor, 2019. Disponível em: <<https://ibqp.org.br/PDF%20GEM/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20Empreendedorismo%20no%20Brasil%202019.pdf>> Acesso em: 21 set. 2022.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor, 2017. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. (4aed.) São Paulo: Atlas. 2008.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo. Atlas. 1991.

IMPACTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E POLÍTICOS DA PANDEMIA. **Fiocruz**, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>>. Acesso em: 24 set. 2022

IBGE. **Pnad Contínua**, 2022. Disponível em: <<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em 26 set. 2022

IBGE: AUMENTA EMPREGO FORMAL E INFORMAL, MAS CAI REDIMENTO MÉDIO. **Agência Brasil**, 2021: Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/ibge-aumenta-emprego-formal-e-informal-mas-cai-rendimento-medio>>. Acesso em: 30 set. 2022.

IBGE: INFORMALIDADE ATINGE 41,6% DOS TRABALHADORES NO PAÍS EM 2019. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019>>. Acesso em: 18 agosto. 2021.

IMPACTOS SOCIAIS DA COVID-19 NO BRASIL: POPULAÇÕES VULNERABILIZADAS E RESPOSTAS À PANDEMIA. **Fiocruz**, 2021. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/livro/impactos-sociais-da-covid-19-no-brasil-populacoes-vulnerabilizadas-e-respostas-pandemia-os>>. Acesso em: 01 out. 2022

JAGUARIBE, Hélio. **Um Estudo Crítico da História**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.

José Borzacchiello da Silva e Alexsandra Maria Vieira Muniz, «Pandemia do Coronavírus no Brasil: Impactos no Território Cearense », Espaço e Economia [Online], 17 | 2020, posto online no dia 07 abril 2020. URL: Disponível em: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.10501>. Acesso em 11. Out. 2022.

LIMA, PATRÍCIA DE SOUZA. FEIRA LIVRE DA MESSEJANA, FORTALEZA – CE: LUGAR DE TRADIÇÃO E RESISTÊNCIA À MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO CONTEMPORÂNEO . 2018. 182 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em 2018) – Universidade Estadual do Ceará, , 2018. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=84088>> Acesso em: 11. Out. de 2022

KON, Anita. **Sobre inovação tecnológica, tecnologia apropriada e mercado de trabalho**. Revista Ciências do Trabalho, 9 dez. 2017. Disponível em: <<https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/137>>. Acesso em: 29 set. 2022.

KUPFERSCHMIDT Kai; COHEN, Jon. **Science**, As medidas agressivas da China desaceleraram o coronavírus. Eles podem não funcionar em outros países, 2020. Disponível em: <<https://www.science.org/content/article/china-s-aggressive-measures-have-slowed-coronavirus-they-may-not-work-other-countries?intcmp=trendmd-other>>. acesso em: 11 de out. 2022.

LIMA, J. C. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, Ano 12, N. 25, 2010, p. 158-198.

MACIEL, Sherman Alcantara Gonçalves. Efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o mercado de trabalho Cearense. 2021. Acesso em 16 de outubro, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59885/1/2021_dis_sagmaciel.pdf >. Acesso em: 12 de out. 2022.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil: Atores e cenários ao longo da história**. São Paulo: Pocco Editorial, 2016.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 30. ed. Tradução Reinaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MATSUO. 2009 Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010-130328/publico/MYRIAN_MATSUO.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro:

MATTEI, Lauro. Informe semanal NECAT sobre a COVID-19 em SC nº 01, de 08 de janeiro de 2022. A explosão dos casos ativos na primeira semana de 2022. Florianópolis: NECAT, 2022. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1xb77_JFJOt3QDQoplUmAzDILAkcc2IER/view>. Acesso em: 14 out. 2022.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/comercio_ref.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MILHOMEM, Alzirene de Vasconcelos. **Trabalho Informal: Precarização do Trabalho e Exclusão Social em Goiás e no Brasil**. Revista Anhangüera v.4 n.1 jan./dez. p.139-161. 2003.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. 80 p.

MYRIAN, Matsuo. **Trabalho Informal e desemprego: Desigualdades sociais**, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05032010-130328/publico/MYRIAN_MATSUO.pdf>. Acesso em 02 de out. 2022.

NETO, Ricardo Borges Gama. **Impactos da covid-19 sobre a economia mundial**. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 2, n. 5, p. 113-127, 2020.

NO CEARÁ, MAIS DE 1,4 MILHÕES DE FAMÍLIAS RECEBEM O AUXÍLIO BRASIL EM AGOSTO. **Ministério da Cidadania**, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/no-ceara-mais-de-1-4-milhao-de-familias-recebem-o-auxilio-brasil-emagosto#:~:text=Levando%20em%20conta%20o%20hist%C3%B3rico,longo%20dos%20%C3%BAltimos%20dez%20meses.>>. Acesso em: 20 de Out. 2022.

OIT. **Economia Informal**. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf>. Acesso em: 20 de Out. 2022.

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**. Ginebra: OIT, 1972.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **A covid-19 no Ceará**. *Blog de História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Publicado em 1 de junho, 2020. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-covid-19-no-ceara>>. Acesso em: 10 out. 2022.

Oliveira, R. V. de. Gomes, D & Targino, I (2011). (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. Editora Universitária. João Pessoa/PB.

OMS, 2022. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 15 set 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **A OIT e a economia informal**. Versão Portuguesa, Lisboa, 2005.

ENDEAVOR BRASIL. O QUE É EMPREENDEDORISMO: DA INSPIRAÇÃO À PRÁTICA. 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-serempreendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 12 out. 2022.

PANDEMIA AUMENTA O NÚMERO DE TRABALHADORES INFORMAIS E CONDIÇÕES PRECÁRIAS. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/04/02/internas_economia,1253230/pandemia-aumenta-o-numero-de-trabalhadores-informais-e-condicoes-precarias.shtml>. Acesso em: 30 set. 2021.

PESQUISA & DEBATE, SP, volume 25, número 1(45) pp. 01-24, jan-jun. 2014. Danilo R. da Cunha, Emanuelle A. S. de Vasconcelos, Juliana P. A. Pereira e Ivan T. Moreira. <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/20353/15102>

PORTAL SÃO FRANCISCO. Dia do Comércio. 2016. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/calendario-comemorativo/dia-do-comercio>>. Acesso em: 22 de Outubro de 2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do Trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil**. Editora CRV. 2012.

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. IPEA, 2004.

SEIDEL, J. (2020). Ignorance is why US faces 100,000 new coronavirus infections every day. The COVID-19 pandemic is out of control in the US and there's one reason why - and the rest of the world needs to pay serious attention Disponível em: <www.news.com.au/world/coronavirus/ignorance-is-why-us-faces-100000-new-coronavirus-infectionsevery-day/news-story/b4256af555e4cc0f12a8d4184bb3f03a>. Acesso em 11 out. 2022.

SANTOS, Kátia Paulino dos. **O Trabalho Informal como Alternativa ao Desemprego: A experiência da Central do Trabalhador Autônomo do Amapá** / Kátia Paulino dos Santos. – Fortaleza, 2010. Disponível em: <<https://livros01.livrosgratis.com.br/cp139189.pdf>>. Acesso em 04 out. 2022.

Schwab, K. (2017). **A Quarta Revolução Industrial**. (1ª ed.). Portugal: Levoir.

SEBRAE. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RN/Anexos/Ebook_feiras_livres.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

SEBRAE 2003. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/empreendedores.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2022.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. 2016. **O que é ser empreendedor.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-eser-empreendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em 12 out. 2022.

SILVA C.Miro; Araujo; Carvalho. Indicadores de renda e pobreza no Ceará em 2020: o que dizem os dados da PNAD Covid-19, 2021. Disponível em: <<https://lepcaen.ufc.br/wp-content/uploads/2021/03/lep-deemfoco-31mar2021.pdf>>. Acesso em: 10 out 2022.

SILVA, Queiroz; DA SILVA, Ramos. PANDEMIA E FEIRA LIVRE: UMA ABORDAGEM SEMISSIMBÓLICA. 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/Matheus%20Costa%20Rocha/Downloads/robertobaronas,+Gerente+da+revista,+1252-3115-1-CE_OK_covid.pdf>. Acesso em 25 set. 2022.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA. **IBGE**, 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> Acesso em: 07 out. 2022.

SOUSA, Maressa Soares de. Informalidade no mercado de trabalho no mundo e no Brasil/ Maressa Soares dos Santos. – 2021 66 f.

TAXA DE INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO SOBE PARA 40%, DIZ IBGE. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>>. Acesso em: 29 set. 2022.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICE

Parte 1 - Perfil

1º) SEXO: () MASCULINO () FEMININO

2º) IDADE: _____

3º) ESCOLARIDADE: _____

4º) COMPOSIÇÃO FAMILIAR: _____ PESSOAS.

5º) RENDA MENSAL FAMILIAR ESTIMADA: _____

6º) SEU TRABALHO NA FEIRA É MEI, CNPJ, CARTEIRA ASSINADA OU INFORMAL? _____

7º) TEMPO DE TRABALHO NA FEIRA – TEMPO NA INFORMALIDADE _____

Parte 2 – Foco da pesquisa

8º) Porque o senhor(a) está trabalhando na feira? Necessidade ou oportunidade de melhorar de vida?

9º) Qual a importância desse trabalho na sua vida?

10º) Existem facilidades e prazeres em trabalhar aqui na feira? Se sim, quais?

11º) Existem dificuldades para o seu trabalho aqui na feira? Se sim, quais?

12º) Como o senhor(a) trabalhou na pandemia?

13º) Sabemos que foram expedidos dois decretos do Governo do Estado do Ceará que impediram por algum tempo feiras-livres. Como o senhor(a) ganhou renda neste tempo?

14º) O Senhor(a) sentiu que a renda (a remuneração) mensal que o senhor tinha nesse período, diminuiu ou aumentou? O senhor pode estimar em números?

15º) Nesse período, houve mais facilidade ou mais dificuldade para manter a sua família? Cite exemplos.

16º) O seu poder de comprar aumentou ou diminuiu nesse período?

17º) Nessa pandemia surgiu para o senhor(a) alguma oportunidade de empreender em algo novo e com isso ganhar mais renda?

18º) Se o senhor(a) pudesse escolher, entre o trabalho formal e informal, o senhor preferiria um trabalho de carteira assinada ou continuaria aqui na feira ou em outros negócios, como informal? Por quê?

19º) Quais suas sugestões para melhorar a situação do trabalho e de retorno financeiro de feirantes proprietários de barracas e dos auxiliares desses proprietários?